

# ESPERANÇA DO GOVERNO: DÓLARES.

**O acordo com os credores trará de volta os recursos externos e ajudará o País a crescer, diz Sarney.**

O Brasil não entrará na recessão este ano. Muito ao contrário, terá um crescimento superior ao índice de expansão demográfica, que deverá ficar em 2,5%. É o que garante o presidente José Sarney, conforme disseram ontem fontes do Palácio do Planalto. Por isso, pretende conviver com uma inflação relativamente alta. Ao mesmo tempo, o governo prevê que esse crescimento em 1988 receberá também o impulso da volta dos recursos externos. Os dólares voltarão, em primeiro lugar por causa do fechamento de um acordo, nas próximas seis semanas, entre o governo e os bancos privados. Em segundo lugar, porque haverá um relacionamento mais saudável do País com as entidades oficiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Clube de Paris.

Pelo que se afirma no Planalto, o governo tem instrumentos técnicos que permitem reduzir a inflação, dos atuais 16,51% para alguma coisa entre 3% e 5% em questão de meses. Apenas não os adota para não lançar o País na recessão — o que fatalmente ocorreria se todos os instrumentos disponíveis fossem utilizados.

A estratégia a ser empregada pelo governo consiste em tentar estabilizar a inflação no curto prazo, na faixa de 14% a 16% ao mês, para buscar uma redução significativa somente no médio prazo. Com isto, o governo está certo de que estará preservando o crescimento da economia.

## Dívida menos cara

Quando surgir um acordo formal sobre a dívida externa — destaca-se no Planalto — o País terá, como benefício imediato, a redução de gastos com o serviço do débito. Por falta de um acordo, o Brasil vem pagando **spreads** acima dos normalmente pagos por outros devedores latino-americanos, tais como México e Argentina. Enquanto os bancos cobram daqueles países **spreads** de 0,81%, cobram 2% do Brasil, custo este que também recai sobre as operações de crédito de curto prazo.

Segundo se considera no Palácio do Planalto, é ainda vital para o Brasil normalizar sua situação com os organismos oficiais. O País vive hoje a situação paradoxal de "exportador" líquido de capitais, sendo um país subdesenvolvido, que, nesta condição, deveria estar recebendo capitais. Até o Banco Mundial mantém com o Brasil um relacionamento perverso, como demonstram os resultados de 1987, quando o País registrou naquela instituição um desembolso negativo de US\$ 600 milhões: pagou US\$ 1,5 bilhão e recebeu US\$ 900 milhões.

## Enquanto isso...

Mas, enquanto o governo não demonstrar que seu plano de austeridade é para valer, os empresários brasileiros não investirão. Foi o que advertiu ontem o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, para quem o encerramento dos trabalhos da Constituinte também dará uma grande contribuição positiva para a retomada dos investimentos.

Demonstrando um certo pessimismo, à saída do Palácio do Planalto, o senador disse que nas vezes anteriores em que o governo falou em austeridade, nada aconteceu. "Desta vez estamos esperando que as medidas funcionem", declarou.

O presidente da CNI vê com grande preocupação os atuais patamares das taxas de juros. "O que mais assusta hoje os empresários é descontar duplicata a uma taxa de 22% a 23%. Isto vem contribuindo enormemente para inibir os investimentos", explicou.

Para o senador, o pior que poderia acontecer ao País seria uma recessão. Considera que uma inflação nos níveis atuais de 16,51% é ruim, "mas pior mesmo seria uma recessão" — no que concorda com Sarney. Albano Franco disse ser favorável a um acordo com o FMI, desde que aquela instituição realmente mude a sua atitude quanto à política de crescimento econômico. Mostra-se, contudo, receoso com a decisão do governo de adiantar o pagamento de juros relativos a janeiro último, antes do fechamento de um acordo com os bancos. "Não sei o que levou o governo a decidir isto. Espero que ele tenha tido bons motivos", assinalou.